



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000718-38.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Vanessa Cristina Ventura**
 Requerido: **Eldorado Industria e Comercio de Moveis Ltda-me. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença.

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alega ter celebrado contrato de prestação de serviço com o primeiro requerido mediante financiamento oferecido pelo segundo requerido. Realizou o pagamento de 20 das 36 parcelas do financiamento, no entanto, o primeiro requerido não realizou os serviços.

Requer a rescisão contratual, a devolução dos valores pagos, o recebimento da multa contratual de R\$ 1.500,00 e a reparação por dano morais.

As preliminares arguidas pelo segundo requerido se entrelaçam com o mérito e serão com ele analisadas.

Os documentos de fls. 13/16 cristalizam o contrato celebrado pela autora para a aquisição de móveis planejados, ao passo que os de fls. 17/20 traduzem os desenhos elaborados para sua confecção.

O primeiro requerido em contestação alegou que não realizou os serviços sob a justificativa de que a autora suspendeu a execução já que tinha a intenção de realiza-los em outro lugar.

Argumentou que a autora solicitou que os móveis fossem instalados na residência de sua genitora, o que era inviável, pois seria necessário realizar outro projeto que se enquadrasse no novo espaço.

Nesse contexto, à míngua da produção de prova pelo primeiro requerido tenho que ele não logrou comprovar que a culpa pela não execução dos serviços seja da autora.

Ressalte-se ainda que a relação entabulada entre as partes é regida pelo CDC, pois se encaixa com perfeição aos artigos 2º e 3º daquela lei, sendo aqui aplicável a regra do artigo 6º, VIII, do CDC, conforme ficou consignado no despacho de fls. 91.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Diga-se ainda que mesmo que não se cuidasse de relação consumerista caberia ao requerido a prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito da autora, na forma do artigo 373, II, do CPC.

Conclui-se, pois, que a não realização dos serviços enseja a rescisão contratual.

Posto isso, tem-se que o financiamento dos serviços tampouco se sustenta.

A autora para arcar com os serviços contratados utilizou-se de financiamento realizado com o segundo requerido, em 36 parcelas de R\$ 343,50, das quais 20 foram pagas.

Cuida-se a hipótese de contratos coligados, pois o contrato de financiamento é celebrado em razão da existência da outra avença. Por isso, havendo a rescisão do contrato de prestação de serviços, o contrato de financiamento não oferece qualquer benefício ao consumidor e deve ser rescindido em função da relação de interdependência havia entre eles.

Nesse sentido é a jurisprudência:

APELAÇÃO. Compra e venda. Ação de rescisão contratual c/c obrigação de fazer e indenização por danos materiais e morais. Sentença de procedência. Apelo dos réus e recurso adesivo do autor. Pretensão do banco réu de manutenção do contrato de financiamento. Descabimento. Existência de contratos coligados (compra e venda e financiamento). Interdependência do contrato de financiamento em relação à compra e venda. Celebração de distrato. Rescisão do contrato de compra e venda que acarreta a rescisão do contrato de financiamento. Precedentes do C. STJ. (Relator(a): Carlos Dias Motta; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 27ª Câmara Extraordinária de Direito Privado; Data do julgamento: 08/05/2017; Data de registro: 09/05/2017)

APELAÇÃO CÍVEL – Interposição contra sentença que julgou procedente ação de rescisão contratual c.c. indenização por danos morais. Contrato de compra e venda de veículo rescindido. Contrato coligado ao de financiamento. Rescisão do contrato de compra e venda implica no cancelamento do financiamento. Danos morais configurados. Indenização fixada em patamar razoável. Honorários advocatícios majorados, nos termos do que dispõe o artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil. Sentença mantida. (Relator(a): Mario A. Silveira; Comarca: Guarujá; Órgão julgador: 33ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 08/05/2017; Data de registro: 09/05/2017)

Compra e venda de veículo com financiamento bancário. Ação de rescisão contratual com indenização por danos materiais e morais. Ilegitimidade de parte alegada pela Financeira. Inocorrência. Financiamento para aquisição do bem. Contratos conexos ou coligados. Nulidade do contrato principal afeta o acessório (contrato de financiamento). Responsabilidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

da Instituição Financeira. Liberação do financiamento sem adoção das cautelas necessárias. Devolução das quantias pagas, devida. Sentença mantida. Recurso não provido. (Relator(a): Bonilha Filho; Comarca: Orlândia; Órgão julgador: 26ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 04/05/2017; Data de registro: 05/05/2017)

Nesse panorama, a rescisão do contrato celebrando entre a autora e o requerido Banco Santander é medida que se impõe, sendo de rigor a revolução dos valores pagos, a fim de se evitar o enriquecimento sem causa.

Outra solução deve ser adotada quanto à multa contratual, isso porque embora os documentos amealhados na inicial façam prova da contratação dos serviços, o que é fato incontroverso, até mesmo admitido pelo primeiro requerido, o contrato apresentado pela autora está assinado apenas por ela (fls. 13/16), não possuindo assinatura do requerido.

Assim, tratando-se de cláusula penal a sua aplicação está sujeita à concordância do contratado. Na ausência de acordo escrito e assinado, não é possível impor a multa rescisória, pois ainda que o contrato prescindia da forma escrita, o mesmo não ocorre com as cláusulas penais que necessitam da adesão subjetiva aos seus termos, materializada pela firma do contratado.

No que toca aos danos morais, a pretensão em relação a eles também não prospera.

Sabe-se que a vida em sociedade nos dias de hoje é permeada de transtornos e frustrações, muitas vezes causadas por ações inadequadas de terceiros. Entretanto, somente aquelas extraordinárias, realmente graves e que propiciem sofrimento profundo que provoque consistente abalo emocional podem dar causa à indenização por danos morais.

Assim, os aborrecimentos, a irritação e mesmo a frustração da autora poderiam até ter sucedido, mas deles não adveio nenhuma consequência concreta que fosse tão prejudicial a ela, até mesmo porque a autora continuou pagando as parcelas do financiamento vindo a reclamar a rescisão contratual somente após o pagamento de 20 parcelas das 36, o que entremostra que não estava muito preocupada com o prazo de execução dos serviços.

A hipótese vertente atinaria quando muito ao descumprimento de obrigação contratual, o que remete ao teor da Súmula nº 06 recentemente editada pelo Colendo Conselho Supervisor do Sistema de Juizados Especiais do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, *verbis*: "*Mero inadimplemento contratual, sem circunstâncias específicas e graves que a justifiquem, não dá ensejo a indenização por danos morais*".

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à certeza de que a autora não se desincumbiu do ônus de demonstrar os danos que invocou em seu favor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Tocava-lhe fazê-lo, como inclusive foi expressamente consignado na parte final do despacho de fls. 91, mas como ela não patenteou interesse no alargamento da dilação probatória fica clara a falta de comprovação do que no particular asseverou.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a rescindidos os contratos celebrados entre as partes, condenando o requerido Banco Santander a restituir à autora o valor de R\$ 6.870,00, com correção monetária desde o ajuizamento da ação e juros de mora de 1% ao mês desde a citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 10 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**